

## Íntegra da fala da ministra Cármen Lúcia – Sessão plenária – 28/04

Eu peço licença, senhor presidente, neste início de sessão do Plenário, apenas para uma palavra sobre um fato que foi amplamente noticiado na data de ontem (27/04), mas que precisa de ser apurado, porque diz respeito à circunstância de que uma menina de 12 anos, indígena, teria sido estuprada até a morte em ataque de garimpeiros na comunidade de Aracaçá, região de Waikás, na Terra Yanomami, em Roraima. Os fatos teriam ocorrido dia 25.

Desde o dia 30/03 nós estamos julgando, não só nós no Supremo, mas juízes no Brasil inteiro, questões graves como esta. Poderia parecer que hoje, dia 28, teriam se passado três dias do fato que precisa ser esclarecido. Ocorre que a violência e a barbárie praticada contra os indígenas estão ocorrendo há 500 anos, não diferente a violência que vem ocorrendo, especialmente contra as mulheres no Brasil, de uma forma cada vez crescente. Parece que a civilização tem significado apenas para um grupo de homens.

O Poder Judiciário, como Vossa Excelência ontem mais uma vez realçou, atua mediante provocação, o cidadão atua pela dor. Dor como é provocada, que poderia ser em qualquer parte do planeta, numa crueldade letal contra as mulheres. Esta perversidade, acho, senhor presidente, senhores ministros, e a minha palavra é porque não pode permanecer apenas como dados estatísticos, como notícias, como se fossem fatos normais da vida, não são. Nem podem permanecer como notícias que se formalizam em intermináveis processos que nunca esclarecem, nem punem, os autores das barbáries praticadas.

O feminicídio no Brasil vem mostrando a média de quatro mulheres mortas a cada dia, como se divulgou neste mês de março. As mulheres indígenas são massacradas sem que a sociedade e o estado tomem as providências eficientes para que se chegue a era dos direitos humanos para todos, não como privilégio de parte da sociedade. Não é mais pensável qualquer espécie de parcimônia, tolerância, atraso ou omissão em relação à prática de crimes tão cruéis e gravíssimos.

A notícia que tenho, e a procuradora-geral da República em exercício talvez possa dizer, é que já teria adotado providências em relação ao que se passou para esclarecimento dos fatos noticiados nesta comunidade de Aracaçá, mas há que se adotar providências claras, seguras, continuadas, para que não apenas que este caso que foi noticiado se esclareça - se ocorreu, como ocorreu, em que condições – para que se processe nos termos dos direitos humanos.

Parece-me imprescindível, senhor presidente, que todos os casos de feminicídio, todas as crueldades praticadas, sejam superadas com a informação de toda sociedade sobre os dados, sobre as medidas adotadas, com transparência em relação ao ocorrido, e as providências levadas a efeito, para que se supere este estado de coisas contrário à própria ideia de civilização e, especialmente, sobre a eficácia dos direitos que conquistamos ao longo destes 2022 anos.

Acho que não é mais possível calar ou se omitir diante do descálabro de desumanidades criminosamente imposto às mulheres brasileiras, dentre as quais mais ainda as indígenas, em situação de vulnerabilidade, que estão sendo mortas pela ferocidade desumana e incontida de alguns.

Mina palavra, senhor presidente, senhores ministros, é porque, desde o dia 30/03, estamos aqui cuidando de circunstâncias que se referem a um espaço geográfico brasileiro mais específico, que é a Amazônia. Foi trazido nos votos até aqui proferidos, e incluído aí o voto proferido na ADPF 760, que os crimes que se tem não são apenas de milícias ambientais,

portanto, em relação às matas. Mas em relação aos indígenas, às terras indígenas, à garimpagem criminosa, à grilagem de terra. E, portanto, minha palavra hoje, é no sentido de que não se continue a fazer silêncio em relação ao direito constitucional à vida, de que é titular todo ser humano, e no caso das mulheres, e em casos como o que se denuncia, reitero, e que precisa de ficar esclarecidos, com a consequência a que se chegue a partir da conclusão relativamente a uma menina indígena, acho que esse direito à vida está sendo rigorosa e escancaradamente descumprido pela violência praticada à vista de todos, incluído das instituições e dos agentes públicos.

Portanto, minha palavra é apenas para que não se faça silêncio sobre uma violência que vem num crescente em relação às mulheres e em relação às indígenas, de uma forma muito especial.